CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 003 / 2018

1 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
2 SOCIAL – CMAS DA CIDADE DE SANTOS/SP REALIZADA EM 06 (SEIS) DE FEVEREIRO DE
3 2018 NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA DE SANTOS. Marina Carvalho Perez
4 Penã, presidente do CMAS, inicia com a leitura da ata da assembleia anterior. Conselheira Tânia
5 Cristina dos Santos Guedes Pinto intervém apontando deficiência das equipes do PAEFI para o
6 acompanhamento de crianças e adolescentes acolhidos (vide ata da assembleia ordinária do CMAS de
7 23/01/2018), sobre isso, Leandro coloca que as informações sobre o acompanhamento devem chegar
8 ao CMAS. Leandro Lapetina, vice-presidente do CMAS, justifica o não envio da ata da assembleia
9 passada bem como das convocações, pois a secretária executiva encontra-se em férias. Conselheira
10 Fernanda Gonçalves perguntou se já está marcada a data para que a Codeso compareça ao CMAS
11 (vide ata da assembleia ordinária do CMAS de 23/01/2018), todavia não houve resposta. PAUTAS I –
12 Apreciação e deliberação da nota explicativa do relatório de execução financeira do fundo municipal
13 de assistência social – FMAS 3º trimestre de 2017 A comissão de finanças se reuniu para avaliar as
14 notas do 3º trimestre de 2017, todavia, foram levantados questionamentos que não puderam ser
15 respondidos pela gestão, sendo assim, a SEAS solicitou que os esclarecimentos necessários em relação
16 à prestação de contas possam ser apresentados na próxima assembleia. Vide documento 01 em anexo,
17 lido em assembleia por Leandro, representante da gestão. II- Apreciação e deliberação da revisão da
18 Resolução Normativa nº 677/2017 – CMAS que aprovou o aceite para adesão do município de Santos
19 ao programa primeira infância no SUAS – “Programa Criança Feliz”. Marina realizou arguição
20 contrária ao programa – vide documento 02 em anexo, colando inclusive a deliberação da última
21 Conferência Nacional de Assistência Social, com posicionamento contrário ao programa. Leandro
22 argumentou a favor do programa, e referiu que o município possui autonomia para moldar a forma de
23 execução do mesmo, e que o programa se justifica tendo em vista o marco regulatório da primeira
24 infância (Lei nº 13.257/2016). Referiu ainda que foi identificado alto índice de trabalho infantil na
25 região Alemoa, e que a proposta é realizar um projeto piloto focado nesta problemática específica.
26 Marina questiona sobre a destinação que tem sido dada a verba que o município tem recebido do
27 governo federal desde setembro para execução do programa; e também questiona o fato de o programa
28 estar sem referência, pessoa responsável por sua execução. Leandro responde que o município tem até
29 março para aplicar o repasse vindo do governo federal na execução do programa, e coloca que ele
30 próprio é o coordenador do programa e que a supervisora é uma psicóloga que foi encaminhada para
31 trabalhar na ponta em um dos equipamentos da SEAS por motivo de falta de RH, mas que se mantém
32 enquanto supervisora do programa. Leandro disse ainda que a proposta não é focar no
33 desenvolvimento infantil, mas sim nas políticas públicas para a faixa etária. Refere que a intenção da
34 gestão não é terceirizar os agentes executores do programa, que foi iniciada articulação com
35 universidade para que os estagiários de psicologia fizessem a execução, mas que acabou por não dar
36 certo e que a gestão está pensando em formas de executar o programa. Ainda segundo Leandro, a
37 SEAS está aguardando a chegada da nova(o) secretária(o) para dar seguimento ao programa. Outras
38 pessoas que se faziam presentes na assembleia levantaram questões, todavia não se apresentaram e
39 sendo assim, não foi possível registrar os nomes das mesmas, nem tampouco suas falas de maneira
40 literal. Questionou-se sobre o fato de o tema já ter sido debatido em assembleia, votado e aprovado.
41 Questão essa que foi rebatida no sentido de que o programa foi reprovado numa primeira votação e
42 posteriormente colocado para votação novamente, quando então foi aprovado. Foi levantada
43 novamente a deliberação da Conferência Nacional contrária ao programa. Foi levantada ainda a
44 questão de já temos enquanto município programas que necessitam de aprimoramento, e que é
45 necessário caminharmos na implementação da política e dos serviços que já existem. Também foi dito

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 003 / 2018

46 que não foi realizado qualquer diálogo com as trabalhadoras (es) que atuam diretamente com as
47 famílias e que a deliberação da Conferência Nacional justifica o retorno do debate e votação da
48 proposta no presente Sobre isso, Leandro respondeu que não. Foi colocado que nenhuma deliberação
49 da Conferência Nacional deve se sobrepor às do Conselho Municipal. Leandro colocou que o
50 Conselho Nacional não reviu o aceite. Foi argumentado no sentido de já estarmos recebendo o repasse
51 da verba, e que por este motivo, deveríamos manter o aceite do programa. Sobre isso, argumentou-se
52 que a contrapartida do município é bem maior, e que portanto, é mais custoso para o município a
53 manutenção do programa. Iniciada a votação, dez votos foram favoráveis a manutenção do programa e
54 três votos favoráveis a revogação do aceite. III – Recomposição das Comissões do Conselho
55 Municipal de Assistência Social – CMAS Comissão de Financiamento e Orçamento de Assistência
56 Social: Roberto –Sefin; Paulo – Semes; Tainá - representante das (os) trabalhadoras (es)/ CRP-SP;
57 Marina - representante das (os) trabalhadoras (es); Fernanda Gonçalves - representante das (os)
58 trabalhadoras (es); Comissão de Política de Assistência Social: Ari - representante das (os)
59 trabalhadoras (es); Marina- representante das (os) trabalhadoras (es); Fernanda Gonçalves -
60 representante das (os) trabalhadoras (es); Comissão de Legislação e Normas da Assistência Social:
61 Ana Lúcia – Secult; Luiz Otávio - Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Flávia - Vitae Domini;
62 Marina - representante das (os) trabalhadoras (es); Fernanda de Souza - representante das (os)
63 trabalhadoras (es); Comissão de Acompanhamento das Deliberações da Conferência: Mayara
64 representante das (os) trabalhadoras (es)/ FORTSUAS-BS; Flávia - Vitae Domini); Comissão de
65 Acompanhamento da Instância de Controle Social – Programa Bolsa Família: Alessandra- SMS;
66 Mayara - representante das (os) trabalhadoras (es)/FORTSUAS; Marcos - SESEG, Tânia - Associação
67 Casa da Criança; Representatividade do CMAS nas demais instâncias Rede Família Titular: Marina
68 representante das (os) trabalhadoras (es); Suplente: Flávia – Vitae Domini; COMAD Titular: Mayara -
69 representante das (os) trabalhadoras (es)/ FORTSUAS; Suplente: Marina - representante das (os)
70 trabalhadoras (es). Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pela Presidente Marina
71 Carvalho Perez Penã e eu Eu, Mayara da Silva Curcio, lavrei a presente ata, a qual se apresenta
72 assinada por mim e pela Presidente Marina Carvalho Perez Penã.

73

74 MARINA CARVALHO PEREZ PENÃ

MAYARA DA SILVA CURCIO

75 Presidente

1º Secretário (em substituição)